

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA DA 300ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de novembro de dois mil e dezenove, no Salão Nobre do Palácio do Buriti, em Brasília/DF, às nove horas e trinta minutos, ocorreu a abertura oficial da 300ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a presidência da senhora Adriana Barbosa Rocha de Faria. Representantes Governamentais presentes: Demontê Alves Batista Filho, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SejusDF; Cláudia Ferreira de Maya Viana, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SedestDF; João Miguel Gonzaga de Souza, representante da Secretaria de Estado de Cultura - SecultDF; Paulo Dubois Sobrinho, representante da Secretaria de Lazer e Esporte – SEEDF; Fabiano Carvalho dos Santos, representante da Secretaria de Estado de Juventude - SejuvDF; Adriana Barbosa Rocha de Faria, Cleidison Figueiredo dos Santos e Denise Rodrigues Parreira, representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - Infância e Adolescência - SejusDF; Grazielle Nogueira, representante do gabinete do governador – Governador/DF; Nathalia Teixeira, representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSPDF; Júlio Cesar Lima, representante da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão – SepogDF; Aureliano Reis Duarte, representante da Secretaria de Estado do Trabalho – SetrabDF e Daniel Rocha Pereira, representante da Secretaria de Estado de Turismo SeturDF. Representantes da Sociedade Civil presentes: Edson Ferreira Campos e João Henrique da Silva Barbosa, representantes da Obras Sociais Centro Espírita Irmão Aureo; Cláudia Guimarães Leite, representante da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias – Abrace; Caio Marcelo D’Abreu Machado Valente, representante da Rede de Urbana de Ações Socioculturais – Ruas; Paulo Henrique Pereira Farias, representante da Inspeção São João Bosco – CesamDF; Gláucia de Oliveira Lima, representante do Instituto Cláudio Coelho de Tae-Kwondo/ONG Fazer Valor; Marcia dos Santos Barbosa, representantes da Visão Social; Alceu Avelar de Araújo, representante do Instituto Batucar; Coracy Coelho Chavante, representante do Coletivo da Cidade; Jairo de Souza Junior, representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino - SinproepDF; Patrícia Andrade Santiago Silva Mello, representante do Centro de Referência - Estudo e Ações sobre Crianças e Adolescentes – Cecria; Lauro Moreira Saldanha da Silva, representante do Centro Comunitária da Criança – CCC; Juventino Luciano Mondadori de Oliveira, representante do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura – SindisascDF; Jacqueline Andriolli, representante da Aldeias Infantis SOS Brasil; Waldemar Martins da Silva, representante da Casa Ismael. Presentes ainda: Néilton, representantes da ACDTDF e Gustavo Ramos, representante do MPDFT. A presidente do CDCA, Adriana Faria, faz abertura da 300ª Reunião Plenária Ordinária, com as boas-vindas ao secretário executivo da Secretaria de Justiça e Cidadania, senhor Maurício Antônio do Amaral Carvalho. Explica que, conforme deliberado na última reunião plenária, deveria ser realizado convite ao secretário da Justiça e Cidadania para comparecer à Plenária e que este se faz representado, neste ato, pelo secretário executivo em razão de compromisso prévio. A presidente sugere a definição da pauta indicativa após a fala do secretário executivo e abre para fala dos conselheiros. O conselheiro Coracy dá as boas-vindas ao secretário executivo Maurício e ressalta a importância desse diálogo, sendo algo solicitado e almejado pelo CDCA. Lembra que este vai além do Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente e registro de entidades, o Conselho também tem papel de deliberar sobre políticas voltadas a crianças e adolescentes. Explica a importância da presença dos secretários nas reuniões plenárias e da articulação entre sociedade civil e governo. Relata que são realizadas diversas conversas sobre melhoramento do uso do fundo e da dinâmica hoje realizada; a conselheira Milda pontua a fala do conselheiro Coracy, em que ele trouxe situações muito vinculadas a rotina do Conselho, porém ressalta que não se pode perder a oportunidade da presença do secretário executivo Maurício para discutirem sobre questões realizadas dentro da Secretaria de Justiça e Cidadania voltadas a crianças e adolescentes. Explica que os conselheiros vivenciam diversos problemas e os expõe. Acredita que o CDCA precisa conhecer as intenções do governo nessa perspectiva para dar, até mesmo, subsídios para um novo edital, de modo que, assim, complementaria o que já vem sendo feito; o conselheiro Jairo relata que o Conselho não tem clareza das políticas que estão sendo realizadas pelo governo no que tange à criança e adolescente e acredita que, com essa explicitação, o Conselho poderia contribuir melhor na política; o conselheiro Valdemar expõe que hoje a dificuldade apresentada é a execução de recursos do fundo, algo que já era uma dificuldade desde a criação do Conselho. Relata também as deficiências nas estruturas de atendimento. O conselheiro Caio relembra que saiu uma portaria de grupo de trabalho entre o Conen e o CDCA e ressalta sua preocupação com a pauta drogadição. O secretário executivo Maurício agrade ao CDCA o empenho, dedicação e o dia a dia no processo dos conselheiros tutelares. Destaca que sem a contribuição dos conselheiros não teriam tido êxito em todas as ações que foram realizadas em relação ao processo de escolha dos candidatos. Exalta e agradece a presença do Dr. Gustavo do Ministério Público e pontua a participação do MP, que atuou na fiscalização de todos os procedimentos, de todas as etapas do processo. Após a

introdução, o secretário executivo Maurício retorna ao tema a ser discutido e afirma que entende que existem três grandes eixos: estrutura, fluxos e políticas propostas. Contextualiza relatando que a Sejus é uma Secretaria de políticas estruturantes, e não é a executante de muitas das fases das políticas de Estado. Exemplifica a Sedes, que acredita ser esta a Secretaria que mais fomenta as realizações de políticas. Expõe que a Sejus, desde o início, após o decreto, acabou ficando com 10 subsecretarias para ajudar na execução da imensidão de atividades. Tendo Subsecretaria da Criança e do Idoso; que é uma Secretaria que se tornou grande, porém tem apresentado resultados: apresentando projetos e atendimentos, onde, sempre que necessário, até mutirões são realizados para a área de atendimento. Porém, após a reestruturação, a Sejus acabou ficando carente na fase estruturante de serviço. Procuramos, diz ele, preservar a estrutura, porém não indo muito além, não conseguindo preencher a estrutura com a quantidade necessária de servidores. Pontua que não tem dúvida que todas as entidades parceiras são necessárias para termos capilaridades maiores no que se diz respeito ao Fundo, porém, esbarram com duas situações: primeiro, a capacidade das pessoas que estão do “outro lado” em interpretar os instrumentos e apresentar planos de trabalho que sejam compatíveis e alinhados à execução dos objetos. Indaga se não seria interessante realizar cursos de capacitação das entidades, porque nota que a execução, assim como o seu insucesso, nunca é via de mão única. Entende que “nossa parte é pedagógica: devemos e temos que estabelecer políticas que não imponham o medo e sim tragam conscientização sobre as drogas”. Em relação à sinergia na execução do Fundo, propõe realizar uma melhora na estrutura da Secretaria Executiva do CDCA, porém pontua a importância do treinamento das entidades que estão elaborando seus planos de trabalho, assim como dos servidores que estão executando-os, sendo assim, vislumbra um plano de capacitação em conjunto. Em seguida, relata sobre as unidades de controle interno. Explica sobre a grandiosidade da Secretaria e, com isso, foi estabelecida uma setorial de controle, e não uma unidade, na qual se encontra também um comitê de governança. Estão trazendo e dando transparência em todas as formas do processo, porém, relata que a Secretaria só estabeleceu o mínimo de estrutura em final de maio e, ainda assim, conseguiram realizar um grande número de atividades junto às subsecretarias. Registra a criação da figura da setorial de controle interno, após assumir a Secretaria a convite do Dr. Gustavo Rocha. Destaca que a Secretaria não figurava no âmbito de transparência da controladoria do GDF, porém, na semana subsequente, irão ganhar o prêmio por estar 100% dentro dos parâmetros da controladoria do GDF. Estarão divulgando todas as ações, o mapa e a forma de ter acesso a todas essas informações. Em relação ao controle interno, pontua sobre processos e fluxo de processos. Agradece ao conselheiro Jairo seus posicionamentos no processo de escolha e sua ajuda no Conselho do Idoso. Relata que haverá proposta de projeto de lei ainda neste exercício para ser implementado, já ano que vem, o percentual do Imposto de Renda destinado ao Fundo, acredita que o ideal é terem uma receita própria, acompanhada dentro do fluxo que condiz ao que a sociedade civil precisa para que realize o edital. Ressalta que ali não é um ambiente de julgamento e sim um ambiente de foco nas crianças e adolescentes. Pontua que existem algumas propostas feitas em relação ao PPA e à LOA e ressalta que nem tudo que se pede é contemplado, e nem tudo é imutável. Relata sobre a execução de política do fundo e entende que há um problema na execução, por isso hoje se coloca à disposição para uma melhoria estrutural. Afirma a importância de estabelecer protocolos para a política de acolhimento, sugere, assim, criação de um grupo de trabalho com servidores que estabeleçam esses protocolos. Acredita que uma interface entre a Secretaria Executiva do CDCA e a do Conen seria interessante. Vislumbra circularizar proposta da lei orçamentária e que, se o Pleno achar necessário correções, deve indicá-las, desde que não afete a natureza da Secretaria. Pontua que a Secretaria de Justiça se encontra presente para atender ao Conselho, e que toda contribuição referente à questão orçamentária deve ser encaminhada para análise e devidas alterações; a conselheira Milda exalta a importância dessa interação e o quanto seria aproveitada caso fosse oportunizada anteriormente. Enxergar de uma forma mais clara a execução de algumas estratégias e possibilidades que vêm sendo debatidas há algum tempo. Ressalta a problemática no que respeito à baixa execução do Fundo; o secretário executivo Maurício afirma que tudo que realiza dentro da Secretaria é em prol da subsecretarias e para que possam ter uma Secretaria trabalhando para o Governo do Distrito Federal e seus cidadãos. Pontua a importância da interação dos conselheiros juntamente a Secretaria no que se diz respeito aos projetos. Afirma que recebeu uma ideia de fluxo do secretário executivo Rokmgelhe e acredita que o fluxo ganhará em melhoria. Demonstra a importância da transparência. O conselheiro Jairo exalta a urgência de construção e conclusão de uma legislação que ampare a unidade de projetos, a fim de uma melhoria no processo. Afirma que o fato de a Secretaria de Justiça e Cidadania não ser de execução e, sim, estruturante, deve-se dar um peso a essa característica e exigir uma melhoria estrutural para a política da criança e do adolescente; o promotor de justiça Dr. Gustavo pontua a importância do trabalho conjunto da Secretaria de Justiça e a política de acolhimento institucional; a conselheira Patrícia afirma a necessidade de articulação entre as políticas e ressalta a importância da articulação juntamente ao Conen; o secretário executivo Maurício relata a existência de normas e cultura organizacional, em que se deve criar uma linguagem que interaja entre essas; a conselheira Patrícia pontua que o Conselho luta por seu reconhecimento nesse espaço; percebe que falta legitimidade desse espaço como órgão deliberativo; relata que tiveram ações de grande relevância a sociedade, porém percebe que apenas a Secretaria de Justiça é exaltada, e o Conselho, não. Afirma a importância das ações virem com um “carimbo” do CDCA, além de que o que puder ser feito, e for ação do Conselho de Direitos, será realizado e que com isso querem reconhecimento; o secretário executivo Maurício afirma que não se está tentando colocar a Secretaria de Justiça à frente do CDCA e acredita que possa ter sido uma interpretação equivocada neste processo de escolha dos conselheiros tutelares, que inclusive toda proposta que tenha saído do CDCA

foram pautadas, tinham alcinha, mas algumas fugiam de sua gestão. Tudo que foi proposto pelo CDCA, e ele pôde acolher, foi acolhido. Lembra que foram convidados a participar de todas as reuniões com o MP. Acredita que todo processo é um amadurecimento, é um processo construtivo. Se sente honrado em ter colaborado de certa forma nesse processo e que expressa que a sinergia é o que traz resultado. Agradece e exalta o conforto e o amparo que sentiu do MP; o promotor de justiça Gustavo pontua que o CDCA é o ator principal do processo de escolha dos conselheiros tutelares, porém lembra que ainda tem uma etapa importantíssima, essa sendo o julgamento de denúncias, que cabe ao CDCA o julgamento de recursos. O conselheiro Paulo questiona se o Conselho terá uma sala; o secretário executivo Maurício faz um apelo ao Pleno para que este entenda o crescimento da Secretaria e como isso acabou trazendo uma certa deficiência estrutural; o conselheiro Paulo relata sobre a estrutura e o comitê consultivo, e as dificuldades enfrentadas para a participação desses adolescentes; o secretário executivo Maurício se põe à disposição para ajudar dentro de suas capacidades. Solicita aos conselheiros que levem o projeto com as variáveis a serem analisadas; o conselheiro Caio relata a oportunidade que teve de participar de alguns diálogos sobre as questões das UPP'S; o secretário executivo Maurício relata que os conselheiros terão acesso ao material e poderão criticá-lo. Explica que existe uma ação que está sujeita a emenda e que seria a implementação de observatórios voltados à criança e ao adolescente; o conselheiro Jairo questiona o que é o observatório voltado à criança e adolescente; o secretário executivo Maurício explica que o observatório voltado à criança e adolescente é uma instituição onde será feita uma mineralização de dados, análise e levantamento estatístico, onde observa o perfil que será trabalhado; conselheiro Jairo afirma que o CDCA compõe uma estrutura do sistema de garantia; solicita certo zelo na divulgação de informações; faz um apelo para o Conselho ser mais envolvido; o secretário executivo Maurício solicita, na oportunidade, à Secretaria Executiva que circularize os documentos encaminhando-os aos conselheiros; a conselheira Patrícia pontua que os projetos governamentais deveriam estar inscritos no CDCA; a conselheira Cláudia Maya agradece a disposição, a quantidade de informações, a paciência e a presença fraterna; afirma que a fala sobre observatório os anima muito e relata que, sobre o edital, ele foi extremamente discutido na Comissão de Políticas Públicas. E acredita que ajudará enormemente. O desejo é que possam construir com essas políticas; o secretário executivo Maurício agradece a conversa, agradece o apoio incondicional do Dr. Gustavo, coloca a Secretaria à disposição. Pontua que é uma tendência que a Secretaria cresça ainda mais com o apoio do Conselho, detalhando os processos e sendo mais eficaz; a presidente Adriana sugere encerramento às 12h e, em segundo momento, no horário vespertino, o debate sobre a pauta indicativa. No período vespertino, a presidente Adriana relata sobre a reunião juntamente ao deputado Rafael Prudente, em que foi discutido a campanha voltada à utilização de percentual do Imposto de Renda destinada ao Fundo e as campanhas a serem elaboradas; o conselheiro Jairo esclarece que já ocorreram problemas com a questão de doações do Imposto de Renda para o Fundo; o conselheiro Francisco explica os problemas ocorridos; a presidente Adriana explica que essa cartilha de divulgação trará o passo a passo e passará pelo CDCA para avaliação; a conselheira Gláucia questiona se não teriam como incluir os projetos que já estão com os certificados nessa modalidade de captação; a conselheira Milda sugere classificar como um dos "cardápios de possibilidades"; o conselheiro Jairo solicita questão de ordem e sugere seguir a proposta de pauta aprovada no regimento interno e analisar ata de plenária anterior; a presidente Adriana esclarece que o CDCA está em curso de formação há quatro semanas, com uma equipe reduzida, sendo assim, não conseguindo realizar revisão de ata; Informes da Secretaria - Apresentação do Fluxo de Tramitação de Projetos do Fundo do CDCA - a presidente Adriana esclarece que a apresentação de fluxo facilita a exposição de problemas, sendo assim devem dizer onde identificam esses problemas e o que devem fazer; o secretário executivo Rokmenglhe expõe o fluxo do mapeamento de processos; a presidente Adriana sugere que, após 10 dias do prazo dado pela comissão para adequações, caso não haja erro material mínimo, deve-se habilitar o projeto; a conselheira Cláudia Maya observa como erro a entrega de documentos ser realizada após a análise de méritos e sugere como ponto de discussão para o próximo edital a inversão de fluxo como melhoria e otimização. Encaminhamento: no caso de recomendação de ajustes nos projetos, passados os dez dias concedidos, além do prazo editalício, pela comissão, caso os erros não sejam sanados, fica a instituição inabilitada; Relatoria da Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares - O conselheiro Cleidison relata que se deu início ao curso de conselheiros tutelares e que hoje estão na terceira turma, com média de 150 pessoas por turma. Pontua que foi priorizado chamar pessoas que tinham articulações com os conselheiros tutelares e que pudessem ministrar alguns temas que são mais relevantes. Esclarece que não se tinham a pretensão de esgotar os temas, mas já com a perspectiva e o intuito de uma formação continuada, exemplifica que o Ministério Público elabora uma dinâmica de ótima aceitação pelos candidatos, que têm a presença da Defensoria Pública, de uma servidor da Sedes, esse que fala sobre a questão de benefícios e serviços, que ele próprio ministra uma aula sobre Direitos Humanos; registra ainda a presença da Carol Velho tratando do Marco Legal da Primeira Infância, da servidora da Secretaria de Justiça Ana Paula, que fala sobre estratégias e forma de atendimento a crianças e adolescentes não revitimizados, e do conselheiro Coracy. Pontua que tiveram ótimos feedbacks dos candidatos e que os temas foram debatidos na Comissão; a presidente Adriana relata que, após a posse dos 200, será feito o curso de ambientação, elaborado com algumas matérias interessantes e abre a oportunidade para sugestões para as mesmas. Explica a necessidade de aprimoramento da avaliação dos conselheiros tutelares. Afirma que existe um planejamento para intensificar o monitoramento dos conselhos tutelares e explica sobre a necessidade da elaboração de um código de ética para os mesmos; a conselheira Gláucia sugere a implementação de curso de informática

na capacitação dos conselheiros; a presidente Adriana expõe que muitos conselheiros ainda não utilizam o Sípia e, portanto, o Sípia fará parte do curso de ambientação, além da capacitação programada juntamente ao Ministério de Direitos Humanos; a conselheira Milda solicita esclarecimento sobre a portaria 296 de 2 de outubro de 2019, que traz a criação de um grupo de trabalho para elaboração do curso de formação dos conselheiros tutelares. Questiona em que momento a programação do curso de capacitação foi aprovada e qual o critério utilizado para autorizar que servidores do CDCA palestrassem como representantes dele; a presidente Adriana pede questão de ordem e esclarece que não existe servidor como representante do CDCA. O secretário executivo Rokmenglhe realiza uma introdução inicial para explicar o funcionamento da plataforma EaD, e a servidora Ana Paula ministra conteúdo como professora de Assistência Social; a conselheira Milda questiona o estar escrito na programação; o conselheiro Cleidison explicita que a programação foi repassada de forma interna apenas para conhecimento dos conselheiros de Direito e que a referência foi apenas pelo fato de a mesma trabalhar lá. É apenas uma questão de interpretação e esclarecimento; a presidente Adriana explica que tudo foi realizado e organizado pelo CDCA, assim como quem delibera e toma todas as decisões, as quais foram tomadas pelas Comissão Especial. A parte de execução é feita por parte da Secretaria Executiva. Pontua que para o curso ser realizado teria que existir uma minuta, a Secretaria Executiva tem a liberdade para elaborar, mas nunca foi deliberativa, sempre foi levado à Comissão. Deve-se lembrar que há liberdade da Secretaria Executiva para cumprir algumas ações e que o grupo de trabalho ajudou a achar locais, profissionais e realização de logística; o conselheiro Coracy relata a ordem cronológica das reuniões da comissão em que foram estabelecidos diálogos sobre o curso de formação. Após eleição, menciona a informação de que a Egov não conseguiria dar o suporte; afirma que, em seguida, em reunião, o Ministério Público faz sugestões ao curso de formação; registra que, no âmbito da Comissão, entendeu-se que seria a proposta possível, embora não fosse a ideal em razão de prazo para organização. Acredita que é um processo de construção, sugere futuramente dividir em vários processos e levar a contratação de empresas para assumir cada processo. Acredita que precisa construir um processo de definição de atribuições; o conselheiro Caio ressalta a necessidade de um fechamento com a elaboração de um relatório final de gestão; o conselheiro Cleidison acredita que existem processos que foram assestados mesmo, mas que foi um passo a passo difícil; o conselheiro Paulo questiona a ausência da Comissão de Formação e Mobilização na construção do curso de formação e coloca-a à disposição; a conselheira Cláudia Maya parabeniza a Comissão por todo esse processo e percebe que acabam gastando bastante tempo identificando problemas e dificuldades em vez de valorizarem aspectos positivos; o conselheiro Jairo faz leitura do Regimento Interno no que tange a responsabilidade da Comissão de Formação e Mobilização; a conselheira Patrícia entende a autonomia fornecida à Comissão Especial, mas acredita que, se caso os conselheiros tivessem acesso, poderiam contribuir para a construção. Ela também ressalta a importância do Sípia; a presidente Adriana pontua que, no edital inicial, aprovado pelo Pleno, esse cronograma sobre o processo de escolha estava explicitado; a presidente esclarece que o Regimento Interno fala sobre a atribuição da Comissão de Formação e Mobilização na construção do curso de formação continuada e, após análise pela Comissão, seria levado até a Plenária; a presidente Adriana informa que estão cogitando em alterar o dia de finalização do curso de formação pois, a princípio, seria realizado na quarta-feira, dia 11 de novembro, porém, como 50% dos candidatos são conselheiros atuais, prejudicaria as atividades dos conselhos tutelares, sendo assim, seria realizado no dia 7 de novembro, no sábado, conforme pedido dos próprios conselheiros, inclusive; a conselheira Patrícia sugere fazer um encerramento com as questões do ECA; o conselheiro Jairo sugere convidar pessoas que realmente sejam referências e imponham respeito pelo conteúdo e pela trajetória, já que é um curso que está sendo ministrado para 600 pessoas. Acredita que o pagamento de profissionais traria pessoas de nome, de peso e valorizaria esses; a presidente Adriana explica que, por questões de burocracia, existe a inviabilidade de contratação; a conselheira Milda ressalta a importância de uma formação mais humanizada para o cargo de Conselho Tutelar; a presidente Adriana esclarece que o curso teve enfoques em questões mais humanizadas; a conselheira Milda sugere Fábio do Instituto Sabin; a conselheira Patrícia sugere fazer levantamento de interesse dos conselheiros; o conselheiro Jairo pede esclarecimento sobre a estrutura da plataforma; o secretário executivo Rokmenglhe informa que a plataforma é da escola de conselhos, já apresentada anteriormente, que é construída na plataforma moodle, que é reconhecida internacionalmente. É a principal ferramenta utilizada no mundo inteiro. Encaminhamento: encaminhar as informações do último dia para todos os conselheiros. Status dos Projetos do Edital 2018 - a diretora de projetos, Diely, expõe os status dos projetos ainda pendentes; o secretário executivo Rokmenglhe apresenta o fluxo dos projetos e reitera eventuais dúvidas; o conselheiro Coracy sugere que a Unidade de Gestão do Fundo faça um status da mesma forma; a presidente Adriana sugere que a Ungef realize uma tabela explicitando, assim como a Diproj; o conselheiro Alceu ressalta a importância de observar o que pode gerar reanálises; o conselheiro Júlio entende o encaminhamento para Ungef realizar o fluxo dos projetos, mas faz um apelo à sociedade civil para que esteja presente nas reuniões que trazem o edital a ser elaborado; o conselheiro Jairo sugere uma resolução para o GDF providenciar encaminhamentos para trazer melhorias na execução do Fundo. A conselheira Patrícia apoia a elaboração da resolução e pontua os considerandos; o conselheiro Jairo relata que a resolução seria voltada para que a Sejus tome providências administrativas necessárias para o pagamento das instituições do edital 2018 até o final do exercício financeiro; o conselheiro Francisco propõe que a Sejus providencie o repasse para todos os projetos aprovados; a presidente Adriana encaminha a resolução para votação e destaca que tem dúvidas sobre a exequibilidade desta resolução em relação à legalidade; a conselheira Milda pontua que

deve haver empenho para o pagamento dos projetos já habilitados no CDCA; o conselheiro Jairo sugere “determinar Sejus providências e encaminhamentos administrativos necessários e imediatos para o empenho e pagamento dos projetos do edital 5/2018 habilitados e aprovados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de 2019”; a presidente Adriana pontua que não há consenso, há um dissenso na edição da resolução diante do cenário que o Conselho recebeu o secretário executivo Maurício, que inclusive se comprometeu em melhorias estruturais, principalmente na Secretaria Executiva, e que também se comprometeu a ser mais solícito em relação ao Conselho. Todo esse movimento vai contra o que se registrou pela manhã e não condiz com a boa vontade da Secretaria de Justiça apresentada pelo secretário Maurício; Votação: 12 concordam com a elaboração da resolução e 7 discordam. Registro os votos de discordância, sendo esses: os dos representantes da Secretaria de Estado da Juventude, da Secretaria de Estado do Turismo, da Secretaria de Estado do Esporte, da Secretaria de Estado do Trabalho, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamentário e Gestão, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Encaminhamento: Que a Unidade de Gestão do Fundo desenvolva uma tabela explicando o trâmite dos projetos separadamente. Elaboração da Resolução aprovada destinada à Secretaria de Justiça para sua publicação. Comissão de Legislação - o conselheiro Jairo, a título de informe, expõe as iniciativas parlamentares na CLDF e sugere que o Conselho faça uma visita à Câmara Distrital para conversar com os deputados e aprovar ou não a proposta de emenda à Lei Orgânica, que é do Deputado Leandro Grass, bem como projeto de lei complementar da deputada Arlete, além de verificar representação elaborada pela deputada Arlete Sampaio que trata de possíveis contingenciamentos indevidos para as ações orçamentárias destinada ao atendimento de criança e adolescente no ano de 2019. A presidente Adriana encerra a reunião plenária e sugere que aguardem novos informes para o caso de necessidade de uma Plenária Extraordinária para deliberar sobre as questões de denúncia do processo de escolha, e uma extraordinária para tratar sobre o edital de 2019. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13h30, e a presente ata lavrada por Amanda Leite Ferreira – Diretoria de Normas e Comissões do Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente – CDCA/DF e assinada pela presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Adriana Barbosa Rocha de Faria, Presidente do CDCA/DF.

ATA DA 301ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Ao décimo nono dia do mês de dezembro de dois mil e dezoito, na sala 923, localizada no nono andar do Anexo do Palácio do Buriti, Brasília/DF, às 9h30, ocorreu abertura oficial da 301ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a presidência da senhora Adriana Barbosa Rocha de Faria. Representantes Governamentais presentes: Demontê Alves Batista Filho, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – Sejus-DF (direitos humanos); Cláudia Ferreira de Maya Viana, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedes-DF; Ruth Meyre M. Rodrigues, representante da Secretaria de Estado de Educação – SEE-DF; Ivana Ribeiro Novaes, representante da Secretaria de Estado de Saúde – SES-DF; Sâmca Larisse Andrade, representante da Secretaria de Estado de Cultura – Secult-DF; Itamar Guimarães (por ofício), representante da Secretaria de Estado de Juventude – Sejuv-DF; Adriana Barbosa Rocha de Faria e Cleidison Figueiredo dos Santos, representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – Sejus-DF (infância e adolescência); Grazielle Nogueira, representante do gabinete do governador – Governadoria; Julia Mitiko Sakamoto, representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP-DF; Júlio Cesar Lima, representante da Secretaria de Estado de Economia – SEEC-DF; Grazielle Soares Mariano, representante da Secretaria de Estado da Mulher – SEMDF; Tatiana da Costa Corrêa Leite, representante da Secretaria de Estado do Trabalho – Setrab-DF e Daniel Rocha Pereira, representante da Secretaria de Estado de Turismo – Setur-DF. Representantes da Sociedade Civil presentes: Edson Ferreira Campos e João Henrique da Silva Barbosa, representantes da Obras Sociais Centro Espírita Irmão Áureo; Lúcia de Fátima de Sá Freitas Crispim, representante da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias – Abrace; Caio Marcelo D’Abreu Machado Valente, representante da Rede de Urbana de Ações Socio culturais – Ruas; Paulo Henrique Pereira Farias, representante da Inspeção São João Bosco – Cesam-DF; Waldemar Martins da Silva, representante da Casa de Ismael; Gláucia de Oliveira Lima, representante do Instituto Cláudio Coelho de Tae Kwondo/ONG Fazer Valor; Marcia dos Santos Barbosa, representantes da Visão Social; Alecu Avelar de Araújo, Roberto Ricardo Santos de Amorim e Carla Patrícia Carvalho de Amorim, representantes do Instituto Batucar; Coracy Coelho Chavante, representante do Coletivo da Cidade; Jairo de Souza Junior, representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino – Sinproep-DF; Patrícia Andrade Santiago Silva Mello, representante do Centro de Referência, Estudo e Ações sobre Crianças e Adolescentes – Ceeria; Francisco Rodrigues Correa (Beto), representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – Sintibref-DF. Presentes ainda: Pedro Israel Xavier, Sejus e Luís Domingues Pereira, da Sejus; Romualdo Couré, do MPDF; Grazielle Rodrigues, da Caci; Luiza Arcangelo de Almeida, da Ungef-Sejus; Namastês Luciana, da Associação Cultural; Alexandre Vicente e Raquel Pereira, do Gabinete do Governador; Luciano Cesta, do Instituto Inclusão; Raquel Fuzaro, da OAB-DF, Marília Rocha, da DHCA; Edney Sousa, do Instituto Pensar Saúde, e Sarah Silva da Rocha, do Comitê Consultivo. A presidente Adriana de Faria submete à apreciação aprovação de atas anteriores; relata que foram feitas a revisão das atas até a 299 e disponibilizadas a todos os conselheiros durante a semana; a conselheira Patrícia sugere a numeração na lateral das atas e que os nomes dos conselheiros venham negritados. Encaminhamento: Aprovadas as atas 294, 296, 297,

298 e 299. A presidente submete a pauta sugerida à aprovação; lista os pontos de pauta que foram indicados e sugere análise para aqueles que devem ou não ser trabalhados nesta plenária. Coloca em evidência três pontos principais: aprovação do edital, eleição da presidência e vice-presidência e julgamento de recursos do processo de escolha dos conselheiros tutelares. Construção de Creches: a presidente Adriana (Sejus) solicita que seja encaminhado para próxima plenária; o conselheiro Jairo (Sinproep) solicita que se mantenha. Ponto de pauta aprovado. Resolução para Sedes: a presidente Adriana relata que não houve resposta por parte da Sedes-DF sobre a Resolução das Unaes; a conselheira Daura (Sedes) afirma que poderá responder. Ponto de pauta aprovado. Superávit: o conselheiro Jairo (Sinproep) questiona se poderá manter o ponto de pauta sobre o superávit já que gostaria de fazer um encaminhamento. Ponto de pauta aprovado. DF Criança: O conselheiro Jairo (Sinproep) solicita que se mantenha o pronto para realizar um informe. O conselheiro Paulo (Cesam) questiona sobre o UNFPA; a presidente Adriana (Sejus) propõe deixar a avaliação das atividades do CDCA/2019 para a próxima plenária; a conselheira Patrícia (Ceeria) sugere entrada desse ponto de pauta como informe da Secretaria Executiva; a presidente Adriana (Sejus) afirma que a área de engenharia da Secretaria de Justiça está presente e solicita a inclusão na pauta apresentação de relatório de manutenção e de projeto de construção de conselhos tutelares. Encaminhamento: pauta aprovada. Iniciada a pauta, a presidente Adriana (Sejus) faz apresentação da equipe da área de engenharia da Secretaria do Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal e ressalta a importância da apresentação das propostas que a mesma traz. Relembra que foi discutido por todo esse ano as questões sobre as estruturas dos Conselhos Tutelares, consequentemente se sentiram na obrigação de trazer o que já tem sido realizado pela Secretaria além de novas propostas. Cita também o apelo do Ministério Público sobre a melhoria das estruturas dos Conselhos Tutelares e afirma que já vem sendo realizado um trabalho árduo. Solicita apoio do Conselho e também apoio do Estado, ressaltando que o apoio de todos para a melhoria dos Conselhos é crucial, e menciona proposta de Resolução que aprova a construção dos Conselhos Tutelares com recursos do Fundo; dada a palavra, o engenheiro Luiz Carlos (Sejus) informa que, sob determinação da Secretaria, realizou vitórias nos conselhos tutelares, visitando estruturas e recebendo indicações via SEI da necessidade de reparos; a presidente Adriana (Sejus) demonstra a planilha que exhibe questões das estruturas dos conselhos; o engenheiro Pedro (Sejus) explica sobre o estudo preliminar e apresenta os ambientes necessários para a estrutura do conselho; quadro de área dos ambientes, planta dos locais, e relata que foi realizado estudo básico de como seria uma estrutura necessária para um bom funcionamento dos Conselhos Tutelares; a presidente Adriana (Sejus) pontua a urgente necessidade de o ponto ser tratado, já que o mesmo foi bastante discutido no âmbito do Conselho. Relata que a Secretaria de Justiça está realizando as melhorias corretivas e preventivas nas estruturas, trabalhando o projeto melhorado do MDH, e exemplifica o que tem sido realizado. Ressalta que a Secretaria colocou em seu planejamento a construção de 43 Conselhos Tutelares, com a ideia de que os Conselhos Tutelares trabalhem de forma uniforme, com estrutura adequada, e que contemplem todas as regiões administrativas. Retoma a discussão para que o CDCA não feche “os olhos” sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares, já que existem recursos do fundo para essa perspectiva, sendo a intenção melhorar o atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Acredita que na época que foi proposta a construção de conselhos tutelares mediante utilização de recursos do fundo, não houve uma boa proposta de estruturação a ser apresentada e, por esse motivo, decidiu trazer a proposta novamente. Pontua que manutenção e funcionamento é obrigação do Estado e, portanto, não se deve passar para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente esses dois pontos. O que se propõe é a construção e a reforma desses espaços, que não estaria no espectro da Resolução do Conanda, que vedaria a utilização. Cita a Resolução 137 do Conanda, cuja generalização pode ser equivocada, já que se sabe que, em alguns locais, os Fundos são restritos, o que realmente acaba comprometendo política pública. Relata a Resolução 194 do Conanda, pela qual se abre a possibilidade dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberarem, por resolução própria, a aplicação de recursos em aquisição, construção, reforma, desde que para uso exclusivo da política da infância e da adolescência, observada a legislação de regência, incluindo a referida Resolução 194. Afirma que seria uma grande demonstração de compromisso do Conselho deliberar sobre a construção, reforma e equipagem utilizando recursos do Fundo. A presidente Adriana (Sejus) faz um apelo para que o conselho dê um primeiro passo; o vice-presidente Coracy lança questão de ordem contestando ausência deste ponto na pauta, faltando elementos para a discussão estar mais embasada e sugere que o item seja colocado posteriormente; a presidente Adriana (Sejus) ressalta que foi realizada a apresentação dos Conselhos Tutelares e uma proposta da Secretaria rejeitando, assim, a questão de ordem; o conselheiro Paulo (Cesam) pontua os trâmites para ser proposta uma resolução; a presidente Adriana (Sejus) cita que a questão sobre a construção dos Conselhos já foi trazida diversas vezes; o conselheiro Alecu (Batucar) pontua a necessidade de ter mais tempo para entender a proposta de melhoria com mais embasamento e documentos; o conselheiro Jairo (Sinproep) sugere suspender e encaminhar para o final de ponto de pauta; a conselheira Ana Marra (Governadoria) observa que a proposta dos outros conselheiros não ser discutido hoje, e uma tentativa de postergar um diálogo levado diversas vezes durante o ano; o conselheiro Julio (Sepog) relata que é uma situação discutida há bastante tempo e ressalta que publicar a Resolução não vincula a obrigatoriedade de ser realizada a construção, que essa discussão ainda será levada ao Conselho de Administração do Fundo e observa a real necessidade das crianças e adolescentes no dia de hoje; a presidente Adriana (Sejus) esclarece que esse é apenas um apelo para que seja realizada uma sinalização de tudo que o Conselho realizou durante o ano. Relembra que a construção dos Conselhos Tutelares foi extremamente debatida em vários âmbitos e acredita que a